



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

# Relatório de Actividades

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA  
X LEGISLATURA

## Índice

I.	Introdução	3
II.	Actividade da Comissão	5
	2.1. Processo legislativo	5
	2.2. Petições	6
	2.3. Iniciativas europeias	7
	2.4. Reuniões	8
	2.5. Audições Parlamentares	8
	2.6. Audiências	9
	2.7. Outros eventos	10
	2.7.1. Debate Nacional sobre Educação	10
	2.7.2. Café de Ciência	10
	2.7.3. Conferências	11
	2.7.4. Outras iniciativas	11
	2.8. Actividade no exterior da Assembleia da República	11
	2.9. Requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares	12
	2.10. Grupos de Trabalho/Relatores	13
	2.11. Parlamento dos Jovens	14
III.	Notas finais	16

## I. Introdução

O presente relatório é apenas uma súmula do que foi a actividade desta Comissão Parlamentar, no período compreendido entre Abril de 2005 e Julho de 2009, encontrando-se disponível, nos relatórios de actividades correspondentes às quatro Sessões Legislativas, informação mais detalhada do trabalho desenvolvido.

Na primeira e segunda Sessões Legislativas, a Comissão acompanhava as políticas relativas às áreas da Educação, Ciência, Cultura, Juventude, Desporto e Sociedade de Informação, tendo passado, em Outubro de 2007, as áreas da Cultura e da Sociedade de Informação para a 12ª Comissão (Ética, Sociedade e Cultura), então constituída.

Esta Comissão Parlamentar criou regras e métodos de trabalho que originaram um ritmo e uma dinâmica, que permitiram que todas as iniciativas, debates, audições e propostas fossem apreciadas e concluídas nos prazos legalmente fixados.

Fizemo-lo pelo exemplo que nós, Deputados, devemos dar, no cumprimento da lei que nós próprios adoptámos. E, particularmente na apreciação das Petições, pelo respeito que nos merecem os Portugueses. Alguns dados:

### Prazo médio de apreciação

	<b>Prazo real</b>	<b>Prazo legal</b>
Iniciativas legislativas, na generalidade	26 dias	30 dias
Iniciativas legislativas, na especialidade	42 dias	Nunca foi definido
Petições	33 dias	60 dias
Iniciativas europeias	27 dias	Seis semanas (42 dias)

Em consequência da Reforma do Parlamento, aprovada em 2007, o debate político em Comissão aprofundou-se, em particular durante a apresentação das iniciativas legislativas e nas audições aos membros do Governo, no quadro das suas vindas regulares à Assembleia da República.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

Os pareceres ganharam relevância política e os Deputados puderam investir na sua elaboração, pois passou a existir espaço para a sua opinião como relatores (ainda que em minoria) e espaço para a deliberação maioritária da Comissão.

Houve mais política. A Comissão Parlamentar dignificou-se e ganhou mais interesse por parte dos portugueses. A título de exemplo, refira-se que foram recebidos na Comissão, mais de 10.000 documentos, das mais variadas proveniências e sobre assuntos diversos, quer por correio e fax, quer via email e pelo correio do cidadão. Nestes documentos incluem-se pareceres, moções, comunicações, convites, reclamações, entre outros.

Os dois Deputados Não Inscritos integraram esta Comissão Parlamentar. E foi possível adequar regras, de acordo com o espírito da Reforma do Parlamento, de modo a que pudessem contribuir com as suas posições para a riqueza do debate.

A Comissão Parlamentar desenvolveu o seu trabalho dentro do Parlamento, criando espaços, períodos próprios de participação dos cidadãos, associados ou individualmente considerados, e efectuando visitas de trabalho e debates em todas as regiões de Portugal.

Não destacamos qualquer tema político. Todos tiveram a sua relevância. Procuramos um equilíbrio entre as diferentes áreas da nossa competência. E sempre soubemos definir a nossa agenda política. Houve transparência, rigor, prazos fixados e prazos cumpridos.

Hoje, passados quatro anos, já poucos se recordam que esta Comissão foi pioneira na abolição da circulação de papéis. As convocatórias das reuniões e os documentos para análise passaram a ser distribuídos em formato digital. Citamos esse exemplo, pelo seu simbolismo e por ter sido a nossa primeira deliberação. Estávamos em Abril de 2005.

Hoje, passados quatro anos, concluímos o nosso mandato com a sensação do dever cumprido. Cada um de nós, à sua maneira e independentemente das opções partidárias e ideológicas.

Aos vindouros, desejamos que façam melhor. Pela dignificação da política, pelo Parlamento e por Portugal.

## II. Actividade da Comissão

---

### 2.1. Processo legislativo

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência apreciou, ao longo da X Legislatura, 136 iniciativas legislativas, (95 projectos de lei, 24 propostas de Lei, 5 apreciações parlamentares e 12 projectos de resolução), 49 das quais na especialidade.

De entre as diversas iniciativas apreciadas na Comissão e que originaram leis, destacam-se as relativas ao regime jurídico do associativismo jovem; regime de constituição das associações de pais e encarregados de educação; regime de adopção, avaliação e certificação dos manuais escolares, do ensino básico e do ensino secundário; lei de bases da actividade física e do desporto; difusão da música portuguesa na rádio; regime jurídico da avaliação do ensino superior, regime jurídico das instituições de ensino superior; alteração ao estatuto do aluno dos ensinos básico e secundário; regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto; regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos e regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

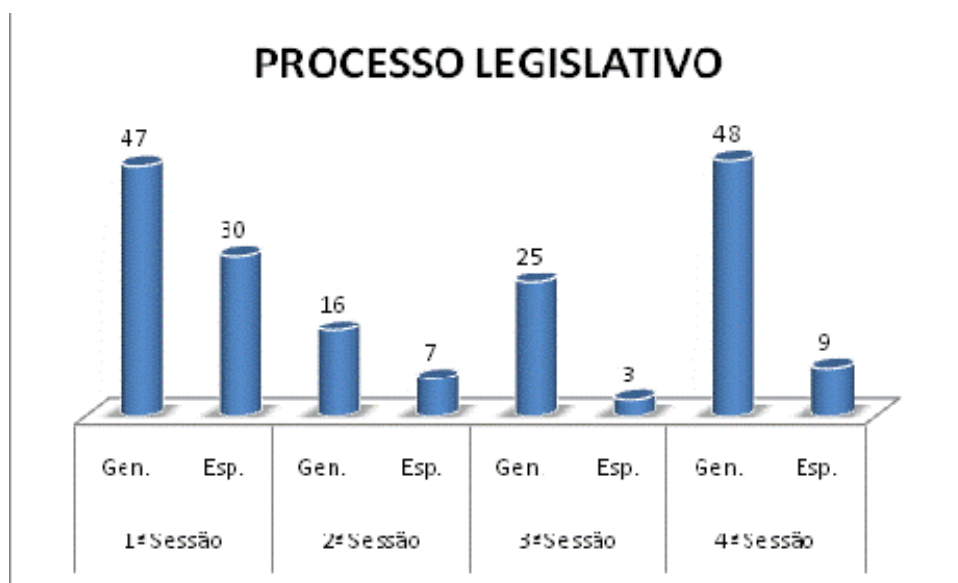
Ainda no que concerne ao processo legislativo e na sequência da alteração do Regimento da Assembleia da República, apraz registar o enorme salto qualitativo, com o aprofundamento do conhecimento do conteúdo das iniciativas legislativas, quer através da introdução das notas técnicas, cuja qualidade foi, por diversas vezes, destacada, quer através do debate suscitado com a apresentação das iniciativas legislativas pelos seus autores, em sede de Comissão Parlamentar, que muito contribuiu para o aprofundamento da discussão política das iniciativas legislativas. Realça-se também o facto de os projectos e as propostas de resolução terem passado a ser discutidos na Comissão, a menos que um Grupo Parlamentar solicite a sua discussão no plenário, tendo-se verificado a discussão de 10 projectos na 4ª sessão.

Acresce ao referido, o contributo resultante do conteúdo iminente político dos novos Pareceres, decorrente de uma nova estruturação, mas fundamentalmente, da Opinião do Relator que, mesmo minoritária e não sendo sujeita a votação, enriquece o pluralismo do debate legislativo.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Realce para o facto de a maioria dos Deputados relatores ter, nos respectivos pareceres, deixado expressa a sua opinião, valorizando a componente política do documento.

O prazo médio de apreciação das iniciativas, descontado o período em que a Assembleia da República não está a funcionar, foi de 26 dias na generalidade (o prazo legal é de 30 dias) e de 42 dias na especialidade (não há prazo fixado para esta apreciação).



## 2.2. Petições

Deram entrada, na Comissão, 61 petições de cidadãos, 24 das quais com mais de quatro mil assinaturas, tendo estas sido todas apreciadas em Plenário.

Esta Comissão Parlamentar demonstrou um profundo respeito pelas iniciativas dos cidadãos, tendo-se empenhado, desde o início, na resolução célere das petições que se encontravam pendentes da anterior legislatura e apreciado e deliberado sobre as petições, ao longo das várias sessões, maioritariamente dentro do prazo legalmente fixado (60 dias). Por outro lado, a partir da alteração em 2007 do regime das petições, a Comissão passou a solicitar informação aos respectivos Ministérios ou outras entidades, logo que é admitida a petição, o que permite diminuir as situações de relatórios preliminares e o prazo de apreciação das petições.

O prazo médio de apreciação das petições foi de 33 dias (o prazo legal é de 60 dias).

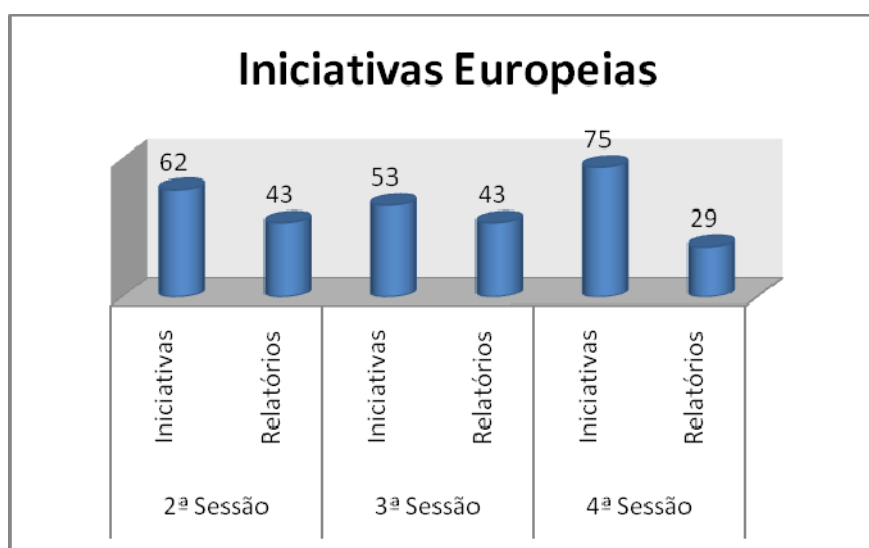
### 2.3. Iniciativas europeias

A Assembleia da República deu início ao acompanhamento sistemático da participação no processo de construção europeia, a partir de Setembro de 2006, na sequência da aprovação da Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto - Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no Âmbito do Processo de Construção da União Europeia e da remessa das iniciativas europeias aos vários parlamentos nacionais pela Comissão Europeia.

Nesta sequência, a Comissão deliberou elaborar parecer sobre todas as iniciativas referentes às áreas da sua competência (com excepção das iniciativas não traduzidas), tendo registado a apreciação de 190 iniciativas, que deram origem a 116 pareceres (sendo que alguns respeitam a mais do que uma iniciativa), todos eles remetidos à Comissão dos Assuntos Europeus. Nas iniciativas legislativas foi apreciado o cumprimento dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e nas não legislativas a Comissão pronunciou-se sobre o carácter geral das mesmas.

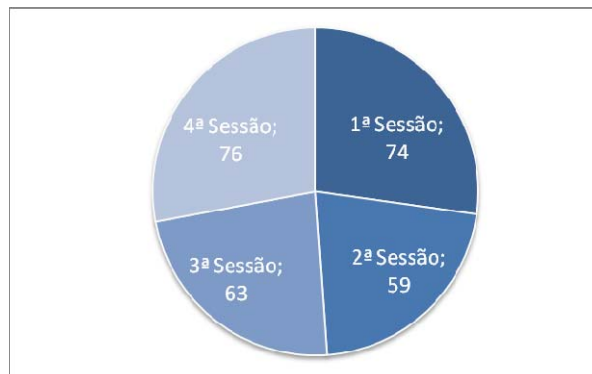
Ainda a este respeito, refira-se que a Assembleia da República figura em 1.º lugar no ranking dos parlamentos nacionais mais activos em matéria de escrutínio das iniciativas legislativas e não legislativas da Comissão Europeia, com um total de 168 pareceres elaborados, entre Setembro de 2006 e Dezembro de 2008. Neste período, a Comissão de Educação aprovou 102 pareceres, o que corresponde a 61% da totalidade dos pareceres.

O prazo médio de apreciação das iniciativas europeias, descontado o período em que a Assembleia da República não está a funcionar, foi de 27 dias.



## 2.4. Reuniões

A Comissão de Educação e Ciência realizou um total de 272 reuniões, excluindo deste número, as reuniões efectuados no âmbito dos diversos Grupos de Trabalho.



## 2.5. Audições Parlamentares

No conjunto das audições parlamentares, julga-se pertinente fazer a distinção entre audições com membros do Governo, para fiscalização da sua acção política, audições parlamentares públicas e audições de entidades.

Nesta Legislatura, foram ouvidas, em audição, 73 entidades, sobre as mais diversas questões, e realizaram-se 17 audições públicas, grande parte delas para recolha de contributos, no âmbito da apreciação na especialidade de iniciativas legislativas. Refira-se o caso das audições sobre Associativismo Juvenil e Estudantil, Difusão da Música Portuguesa na Rádio, Manuais Escolares, Estatuto do aluno, Dopagem no Desporto, Educação Sexual nas Escolas, Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, tendo-se registado, uma elevada participação, em termos qualitativos e quantitativos. Os contributos que resultaram destas Audições Parlamentares enriqueceram, em muito, a reflexão e a decisão dos Deputados.

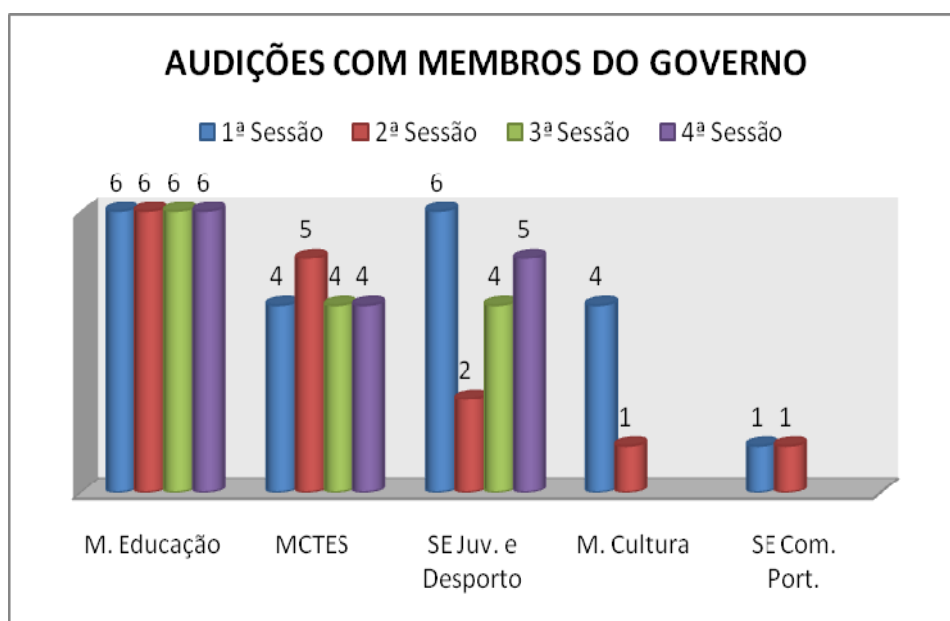
1ª Sessão	2ª Sessão	3ª Sessão	4ª Sessão	TOTAL
60	33	29	40	162
Governo: 22 Públicas: 4 Entidades: 34	Governo: 15 Públicas: 6 Entidades: 12	Governo: 17 Públicas: 2 Entidades: 10	Governo: 18 Públicas: 5 Entidades: 17	<b>Governo: 72</b> <b>Públicas: 17</b> <b>Entidades: 73</b>



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

No que se refere às audições com membros do Governo, salienta-se o facto de a Reforma do Parlamento introduzir uma nova dinâmica, que prevê a sua presença, na respectiva Comissão, pelo menos quatro vezes por sessão. Além destas audições, regimentalmente previstas, os membros do Governo foram ainda ouvidos, na Comissão, na sequência de aprovação de requerimentos dos Grupos Parlamentares, por requerimento potestativo, para apresentação de diplomas ou ainda por sugestão do membro do Governo.

Salienta-se ainda que não se regista, nas 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> Sessões, qualquer audição com a Ministra da Cultura, por ser esta área da competência da 12<sup>a</sup> Comissão, a partir de 23 de Outubro de 2007.



## 2.6. Audiências

A Comissão de Educação e Ciência manteve a preocupação de ouvir, com celeridade, quem a ela recorria, tendo recebido, ao longo da Legislatura, um total de 163 entidades em audiência.

1ª Sessão	2ª Sessão	3ª Sessão	4ª Sessão	TOTAL
75	25	35	28	163
		26 Comissão 9 Grupos Trabalho	20 Comissão 7 Grupos Trabalho 1 Assessoria da CEC	

## **2.7. Outros eventos**

### **2.7.1. Debate Nacional sobre Educação**

Por ocasião da passagem dos 20 anos sobre a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Comissão, conjuntamente com o Governo, dinamizou o processo de aprovação, por unanimidade, de uma Resolução da Assembleia da República, de promoção de um Debate Nacional sobre Educação, tendo mandatado o Conselho Nacional de Educação para a organização do referido debate.

A Comissão promoveu também seis debates, em outras tantas regiões do país, sobre o futuro da educação em Portugal, tendo sido elaborado o respectivo relatório.

Foi ainda realizada uma discussão em Plenário, tendo por base o Relatório entregue pelo Conselho Nacional de Educação.

### **2.7.2. Café de Ciência**

A Comissão organizou, anualmente, desde 2006, conjuntamente com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica e com o Conselho dos Laboratórios Associados, um encontro entre Deputados, investigadores, entidades e empresas da área temática em causa.

Os temas abordados nas diversas edições foram os seguintes:

- 2006 - Cultura científica e decisão política;
- 2007 - Energia e alterações climáticas;
- 2008 - Redes de alta tensão, telemóveis e percepção de risco;
- 2009 - Ciências do mar, novas tecnologias e exploração sustentável dos recursos marinhos.

### **2.7.3. Conferências**

A Comissão organizou ainda, durante a 4ª Sessão Legislativa, 3 conferências, sobre os seguintes temas:

- Conferência sobre “O papel do ensino superior no desenvolvimento de Portugal”;
- Conferência sobre Ciência e
- Conferência Interparlamentar Eureka, subordinada ao tema “Energia e Sustentabilidade”

### **2.7.4. Outras iniciativas**

No âmbito da Presidência portuguesa da União Europeia, a Comissão organizou a realização de um Fórum de Jovens, que decorreu na Assembleia da República, tendo-se consubstanciado num debate com a participação dos Presidentes dos Grupos Políticos do Parlamento Europeu, o qual foi moderado pela jornalista Fátima Campos Ferreira e transmitido pela RTP.

## **2.8. Actividade no exterior da Assembleia da República**

O contacto com os cidadãos constituiu uma prioridade, desta Comissão, desde a sua constituição, tendo-se efectuado várias visitas ao longo do país, com o objectivo de melhor conhecer a realidade sobre a qual trabalha e recolher contributos para um exercício mais eficaz da sua acção. O trabalho da Comissão integrou deslocações às Regiões Autónomas e a 13 distritos do País.

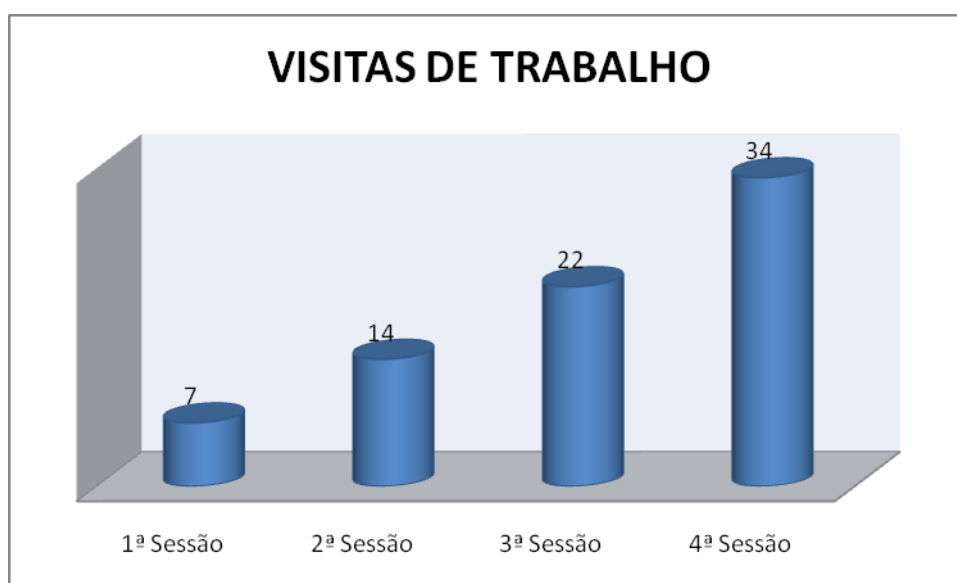
A Comissão acompanhou ainda a preparação da participação dos atletas portugueses nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com reuniões com o Comité Olímpico e a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e deslocações ao Centro de Preparação Olímpica de Rio Maior e ao Estádio Universitário de Lisboa.

Na quarta Sessão Legislativa, registou-se um aumento significativo de deslocações, realizadas, na sua maioria, no âmbito das actividades dos Grupos de Trabalho. A título de exemplo, refiram-se as 13 visitas realizadas pelo Grupo de Trabalho da Qualificação, de Norte a Sul do país, as visitas a 7

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

instituições de ensino superior, efectuadas pelo Grupo de Trabalho do Ensino Superior e ainda as deslocações no âmbito da Ciência e das Políticas Espaciais.

No total das deslocações, incluem-se também as decorrentes da participação do Presidente ou dos Vice-Presidentes em iniciativas fora da Assembleia da República, na sequência de convites dirigidos à Comissão.

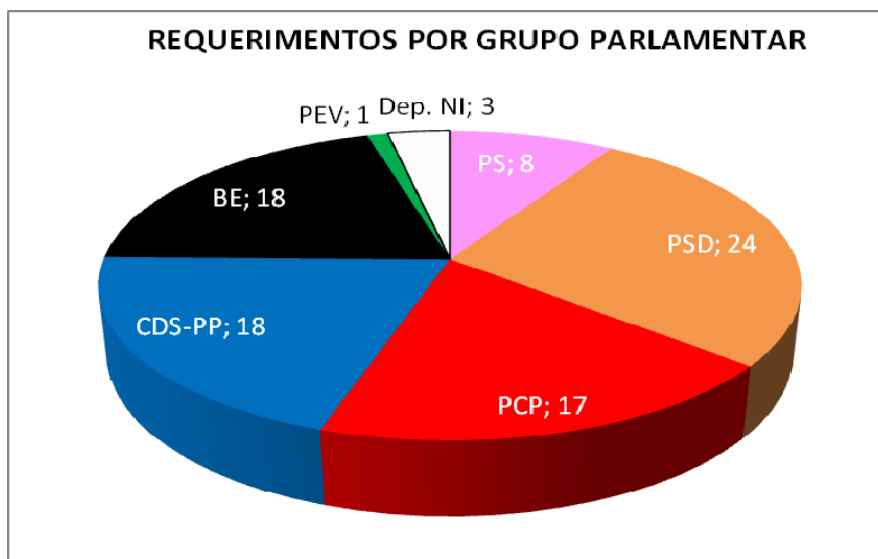


### 2.9. Requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares

Foram apresentados, na Comissão, um total de 89 requerimentos. Com a Reforma do Parlamento, os Grupos Parlamentares passaram a poder requerer potestativamente a presença de membros do Governo, o que aconteceu por 5 vezes.

1ª Sessão	2ª Sessão	3ª Sessão	4ª Sessão	TOTAL
26	25	25	13	<b>89</b>
		22 Requerimentos 3 Requerimentos Potestativos	11 Requerimentos 2 Requerimentos Potestativos	

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



### 2.10. Grupos de Trabalho/Relatores

A Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, procurou, ao longo de toda a Legislatura, diversificar e aprofundar o acompanhamento das várias matérias da sua área de competências, apostando na criação dos grupos de trabalho ou na indicação de relatores, com missões concretizadas e datadas, para acompanhamento de matérias específicas, como por exemplo, ensino superior, violência/segurança nas escolas, praxes académicas, ensino especial, políticas espaciais, ciência, língua portuguesa, Processo de Bolonha, manuais escolares, qualificação, entre outros.

Considera-se o resultado do trabalho, por estes desenvolvido, muito positivo, tendo sido aprovados diversos relatórios, elencados nos relatórios de actividades das respectivas sessões e que se encontram disponíveis na página da Comissão, na Internet.

A Comissão concedeu, a partir da segunda Sessão Legislativa, especial destaque à problemática da Violência/Segurança nas Escolas, tendo designado uma relatora para acompanhar esta temática e efectuou, desde então, 30 visitas a estabelecimentos de ensino, que envolveram várias dezenas de Deputados. Procedeu ainda à realização de várias audições e à aprovação de dois relatórios, trabalho este que culminou com uma sessão pública na Assembleia da República, para apresentação de boas práticas, neste âmbito.

## 2.11. Parlamento dos Jovens

O programa Parlamento dos Jovens registou, ao longo da Legislatura, um aumento significativo, no que se refere à participação das escolas e dos alunos, bem como no que diz respeito ao envolvimento e participação dos Deputados da Assembleia da República nas diversas fases do programa. Os mapas abaixo espelham esse crescimento

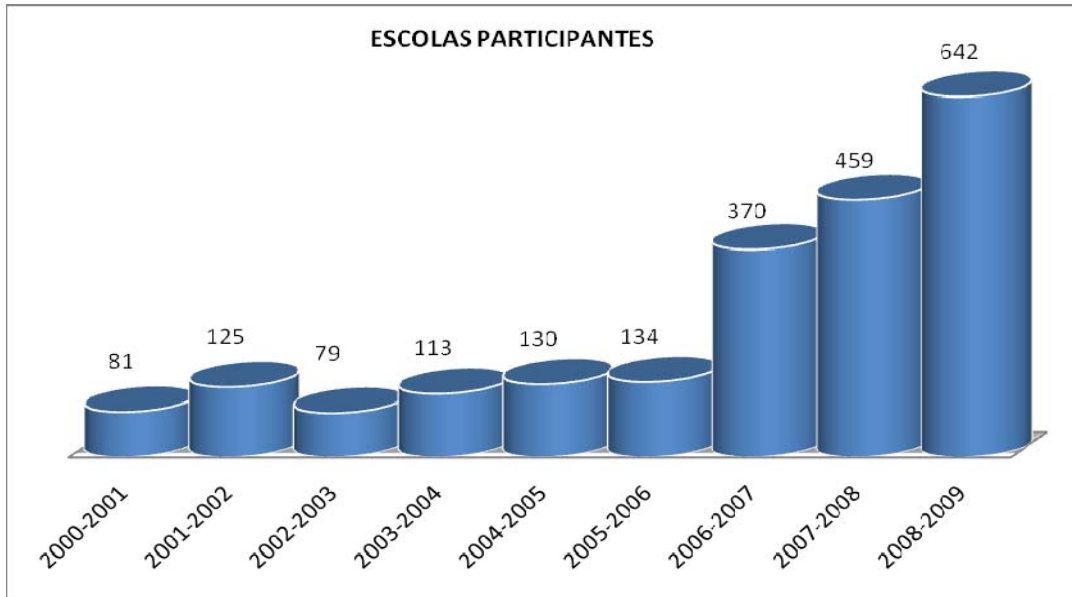
Destaque ainda para a realização da exposição “Parlamento dos Jovens 1995-2009”, que pretendeu divulgar a evolução do programa, assinalar as datas marcantes do projecto, as parcerias e exibir os cartazes, editados anualmente, para publicitação dos temas em debate. Foram também exibidas, em slide show, cerca de 900 imagens das Sessões Nacionais, abrangendo diversas Legislaturas. A exposição, que esteve patente entre 20 de Abril e 26 de Maio, foi acompanhada da edição de um catálogo, que fica como registo do evento.

	<b>Totais</b>				<b>Nº total de participações *</b>
	<u>1ª Sessão</u>	<u>2ª Sessão</u>	<u>3ª Sessão</u>	<u>4ª Sessão</u>	<u>X Legislatura</u>
Escolas participantes	134	370	459	642	1 605
Turmas envolvidas	a)	2183	2266	3013	7 462
Alunos participantes nas listas eleitorais	a)	9830	12990	19240	42 060
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	a)	68338	90813	125806	284 957
Alunos participantes nas Sessões Distritais/ Regionais, eleitos nas S. Escolares	a)	1748	1965	2345	6 058
Escolas eleitas para a Sessão Nacional	111	123	122	128	484
Alunos eleitos para a Sessão Nacional	254	248	244	256	1 002
Participação de Deputados da Assembleia da República		139 Debates: 70 S. Distritais: 39 S. Nacionais: 30	250 Debates: 187 S. Distritais: 38 S. Nacionais: 25	238 Debates: 170 S. Distritais: 40 S. Nacionais: 28	627 Debates: 427 S. Distritais: 117 S. Nacionais: 83

(\*) O número total indicado corresponde à soma das parcelas, não tomando em conta as repetições de escolas, alunos e Deputados, que participaram em várias sessões, ao longo da Legislatura.

a) Dados não disponíveis

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



### III. Notas finais

---

Só foi possível realizar todo este trabalho graças ao elevado grau de responsabilidade e de cooperação de todas as Deputadas e de todos os Deputados que compõem e compuseram esta Comissão Parlamentar.

Essa cooperação esteve sempre presente, quer os momentos fossem de dissenso ou de consenso, de acalmia ou de acalorada discussão.

O Parlamento saiu dignificado. As Deputadas e os Deputados tiveram oportunidade, no respeito pelas regras consensualmente definidas, de expressarem as suas posições, defenderem as suas opiniões e apresentarem as suas propostas.

Conseguiu-se um equilíbrio entre os direitos individuais dos Deputados e os dos Grupos Parlamentares.

Os prazos definidos foram cumpridos e, por isso, é possível chegarmos ao final da Legislatura sem trabalho pendente.

Esta dinâmica foi suportada abnegadamente pelos serviços de apoio à Comissão. Refiro-me às Senhoras Vera Costa e Ana Barriga e Dras. Teresa Fernandes e Cristina Tavares, bem como ao Dr. Miguel Moreno. São merecedores da nossa maior admiração, pelo seu empenho e serviço à causa pública.

Queremos deixar expresso o nosso agradecimento a todos os outros serviços da Assembleia da República, pela disponibilidade e interesse com que apoiaram as actividades desta Comissão, nas pessoas das Dras. Ana Vargas e Cláudia Ribeiro.

Uma palavra para a equipa coordenadora do Programa “Parlamento dos Jovens”, em particular para a sua coordenadora, Dr<sup>a</sup>. Maria José Silva Santos, pelo esforço desenvolvido na execução do programa e no cumprimento dos objectivos fixados pela Comissão. Neste agradecimento está também envolvida a consultora da Comissão e pioneira da iniciativa, Dra. Julieta Sampaio.





## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

---

Uma palavra de apreço pelo profissionalismo e colaboração dos assessores dos diferentes grupos parlamentares.

A nossa gratidão a todas as pessoas e instituições que colaboraram, pontual ou permanentemente, com esta Comissão Parlamentar.

A todos, o nosso Bem-Hajam.

Palácio de S. Bento, 07 de Julho de 2009

António José Seguro  
Presidente